



**REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES**  
**SECRETARIA REGIONAL DO AMBIENTE E AÇÃO CLIMÁTICA**  
**Inspecção Regional do Ambiente**

**Relatório INSP-2023-0150**

**BI-2023-0155**

**1 – Dados gerais**

**1.1 - Inspecção**

**Data:** 29/11/2023

**Hora:** 14h25

**Tipo:** Ação Direta

**Motivo da inspecção:** Rotina

**Inspetor responsável:** Luis MAS. Machado

**Outros inspetores da IRA:** António MR. Moutinho; Elisabete R. Santos

**Descrição da inspecção:**

Inspecção a instalações PCIP.

A inspecção foi realizada sem aviso prévio, ao abrigo do disposto na alínea b) do n.º 1 do artigo 30.º do anexo I do Decreto Regulamentar Regional n.º 17/2021/A, de 8 de julho, conjugado com o disposto na alínea a) do n.º 1 do artigo 181.º do decreto-Lei n.º 108/2018, de 3 de dezembro.

No local foi contactada a responsável pelo departamento de gestão ambiental, que forneceu os esclarecimentos e documentação solicitados e acompanhou a visita às instalações.

*A inspecção consiste numa verificação aleatória, num determinado momento, do cumprimento dos requisitos de uma instalação em determinados aspetos da legislação ambiental. A falta de identificação de situações irregulares não significa que o operador esteja em plena conformidade com a toda legislação ambiental aplicável.*

**1.2 – Empresa/entidade inspecionada**

**Firma/nome:** UNILEITE - União das Cooperativas Agrícolas de Lacticínios e de Produtores de Leite da ilha de São Miguel, UCRL.

**NIPC/NIF:** 512008752

**Sede/morada:** Largo das Arribanas S/N

**Código Postal:** 9500-037

**Freguesia:** Arrifes

**Concelho:** Ponta Delgada

**Ilha:** Ilha de São Miguel

**1.3 – Estabelecimento/local inspecionado**

**Nome:** Fábrica de Lacticínios

**Endereço:** Largo das Arribanas S/N

**Código Postal:** 9500-037

**Freguesia:** Arrifes

**Concelho:** Ponta Delgada

**Ilha:** Ilha de São Miguel

**Atividade principal:** 10510 - Indústrias do leite e derivados



**REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES**  
**SECRETARIA REGIONAL DO AMBIENTE E AÇÃO CLIMÁTICA**  
**Inspeção Regional do Ambiente**

**Outras atividades:** 11072 - Fabricação de refrigerantes e de outras bebidas não alcoólicas, n. e

**Período de funcionamento:** 24h/dia, 365 dias/ano

**Licenciamento da atividade:** Licença Ambiental nº 3/2017/DRA, de 19/07/2017, válida até 19/07/2024:

- 1.º Aditamento à Licença Ambiental, de 16/11/2019;
- 2.º Aditamento à Licença Ambiental, de 19/07/2022.

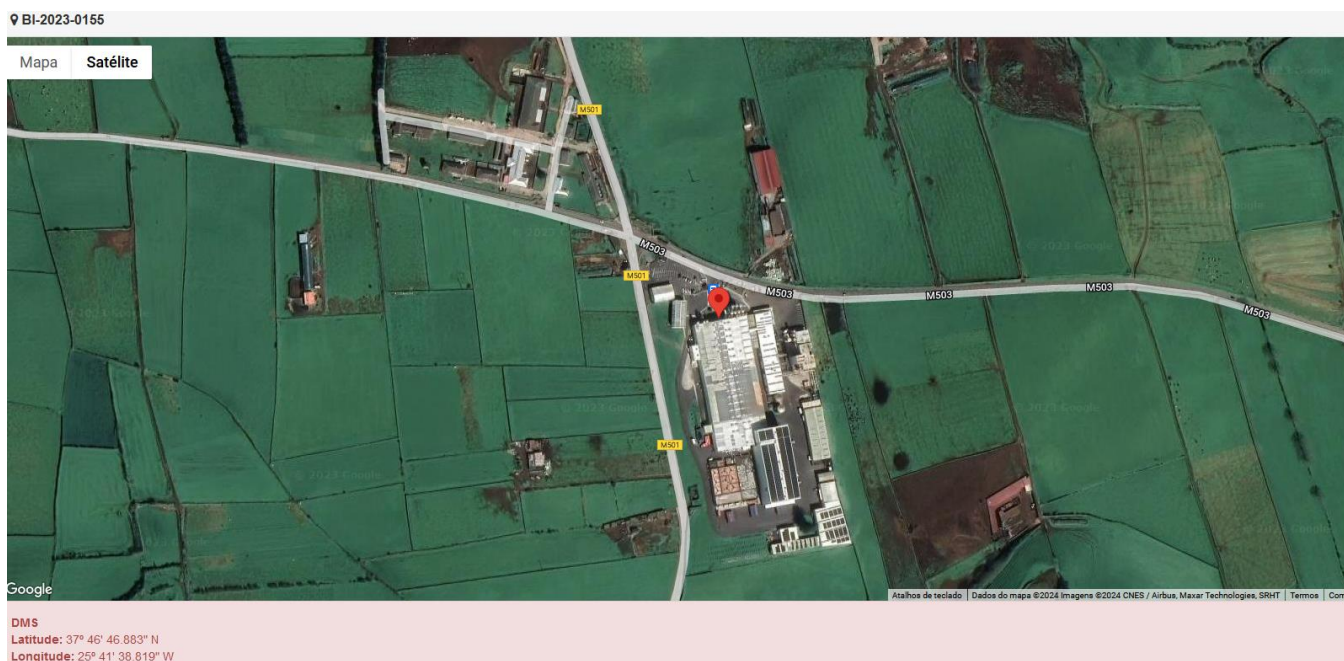


Figura 1 - Localização do estabelecimento inspecionado.

## 2 – Descrição do estabelecimento / atividade

Na instalação são desenvolvidas as seguintes atividades:

- Fabricação de produtos lácteos, com uma capacidade produtiva instalada de 640 t/dia (atividade classificada através da CAE REV.3 n.º 10510 – Indústrias do Leite e Derivados), onde o leite constitui a matéria-prima base para o processo produtivo da instalação, a qual se destina à produção de leite UHT simples (gordo, meio gordo e magro) e recombinação (achocolatado sem lactose, fácil digestão, com fibra e enriquecido em cálcio, magnésio e vitamina D), natas UHT, manteiga (pasteurizada com e sem sal), queijo (flamengo barra e bola, prato amanteigado, prato meio gordo, prato com alho e salsa e tipo ilha), leite com chocolate e leite em pó/soro em pó;



**REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES**  
**SECRETARIA REGIONAL DO AMBIENTE E AÇÃO CLIMÁTICA**  
**Inspeção Regional do Ambiente**

- Produção de sumos de fruta, com uma capacidade produtiva instalada de 1,4 t/dia (atividade classificada através da CAE REV.3 n.º 11072 – fabricação de refrigerantes e de outras bebidas não alcoólicas, n.e.), sendo produzido sumo de fruta pasteurizado à base de concentrado (maracujá, ananás e laranja).

### 3 – Água de consumo

#### 3.1 – Consumo de água no estabelecimento

A água utilizada no estabelecimento é proveniente de:

- ☒ Rede pública      ☒ Captação própria em DPH      ☐ Captação própria em RH particulares

#### 3.2 – Verificação dos requisitos legais aplicáveis ao consumo de água

Relativamente às captações próprias verificou-se o seguinte:

Requisito	Enq. legal	Verificado	Evidências / Justificação
a) Licenciamento prévio da utilização privativa dos recursos hídricos do domínio público.	art. 60.º Lei 58/2005	Cumprido	Autorização de utilização dos RH para captação de água subterrânea – furo: Alvará n.º CA-SUB/2019/03, de 24/09/2019 (sem prazo de validade)
b) Autorização prévia da utilização de recursos hídricos particulares.	n.º 1 art. 62.º Lei 58/2005	Não aplicável	
c) Comunicação prévia da captação de águas particulares quando os meios de extração não excedam os 5 cv.	n.º 4 art. 62.º Lei 58/2005	Não aplicável	
d) Instalação de sistema de autocontrolo ou programas de monitorização, conforme exigido na licença / autorização.	n.º 1, art. 5.º DL 226-A/2007	Cumprido	Medidor de caudal instalado e realizadas análises à qualidade da água extraída.
e) Comunicação de dados à entidade licenciadora conforme exigido na licença / autorização.	n.º 2, art. 5.º DL 226-A/2007	Cumprido	Em 2023, foram comunicados os volumes de água extraídos mensalmente.
f) Outras condições impostas pela licença ou autorização	TURH	Cumprido	Manutenção de uma zona de proteção imediata à captação (furo).

### 4 – Águas residuais

#### 4.1 – Produção, tratamento e rejeição de águas residuais

São produzidas águas residuais das tipologias assinaladas no quadro seguinte.

Tipologia de águas residuais	Origem	Sistema de tratamento	Meio recetor
<input checked="" type="checkbox"/> Urbanas	Instalações sociais (casas de banho, balneários, refeitório)	ETARI	Sistema público de drenagem
<input checked="" type="checkbox"/> Industriais biodegradáveis abrangidas pelo art.º 28.º DLR 18/2009/A	Processo de fabrico	ETARI	Sistema público de drenagem



**REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES**  
**SECRETARIA REGIONAL DO AMBIENTE E AÇÃO CLIMÁTICA**  
**Inspeção Regional do Ambiente**

Tipologia de águas residuais		Origem	Sistema de tratamento	Meio recetor
<input checked="" type="checkbox"/>	Outro tipo de águas residuais industriais	- Lavagens da unidade fabril e equipamentos de produção; - Condensados provenientes do arrefecimento dos equipamentos; - Lavagens de camiões e pisos; - Águas pluviais contaminadas tratadas, provenientes da bacia de retenção dos depósitos de fuelóleo; - Águas de lavagem do parque de resíduos.	ETARI	Sistema público de drenagem

**Lamas de depuração resultantes do tratamento de águas residuais**

- ☒ Não produz lamas de depuração (recirculação de lamas)
- ☐ Produz lamas de depuração, as quais têm o seguinte encaminhamento:
- ☐ Operador de gestão de resíduos;
  - ☐ Valorização agrícola;
  - ☐ Outro;

**4.2 – Verificação dos requisitos legais aplicáveis ao tratamento e rejeição de águas residuais**

Relativamente ao tratamento e rejeição de águas residuais verificou-se o seguinte:

Requisito	Enq. legal	Verificado	Evidências / Justificação
a) Autorização da descarga de águas residuais industriais nos sistemas públicos de drenagem.	art. 14.º DLR 18/2009/A	Cumprido	Autorização dos SMAS de PDL para descarga dos efluentes pré-tratados no coletor municipal, de 18/09/2023, válida por 1 ano.
b) Licenciamento prévio da rejeição no domínio público ou particular dos recursos hídricos.	n.º 1, art. 60.º e n.º 2, art. 62.º Lei 58/2005	Cumprido	Licença de utilização dos RH para rejeição de Águas Pluviais: Alvará n.º AP/2017/01, de 02/06/2017, válida até 19/07/2024 (prazo de vigência da Licença Ambiental).
c) Instalação de sistema de autocontrolo ou programas de monitorização, conforme exigido na licença.	n.º 1, art. 5.º DL 226-A/2007	Cumprido	A monitorização da qualidade do efluente tratado e encaminhado para o coletor municipal é realizada com frequência trimestral, por laboratório acreditado, para todos os parâmetros previstos na LA, conforme boletins de análises apresentados e enviados à DRAAC. A colheita trimestral das amostras é efetuada por técnico da AGROLEICO, por escalões de tempo, de hora a hora, durante um período 8h, dado que o caudal de descarga não é contínuo.
d) Comunicação de dados à entidade licenciadora conforme exigido na licença.	n.º 2, art. 5.º DL 226-A/2007	Cumprido	Os relatórios da monitorização da qualidade das águas residuais encaminhadas para o coletor municipal são comunicados à DRAAC com frequência trimestral.



**REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES**  
**SECRETARIA REGIONAL DO AMBIENTE E AÇÃO CLIMÁTICA**  
**Inspeção Regional do Ambiente**

Requisito	Enq. legal	Verificado	Evidências / Justificação
e) Comunicação, no prazo de 24 horas, de qualquer acidente ou anomalia grave no funcionamento da instalação com influência nas condições de rejeição.	n.º 6, art. 5.º DL 226-A/2007	Não aplicável	
f) Cumprimento de outros requisitos constantes da licença.	TURH	Cumprido	
g) Encaminhamento das lamas de depuração para destino adequado ou autorizado.	Art. 43.º DLR 18/2009/A	Não aplicável	
h) Realização de análises às lamas encaminhadas para valorização agrícola.	Art. 48.º DLR 18/2009/A	Não aplicável	
i) Comunicação semestral de informação em matéria de produção de lamas.	Art. 53.º DLR 18/2009/A	Não aplicável	

## 5 – Resíduos

### 5.1 – Resíduos produzidos no estabelecimento

No quadro seguinte indicam-se os tipos de resíduos produzidos no estabelecimento bem como o encaminhamento adotado na respetiva gestão.

Tipologia de resíduos produzidos	Origem (operação/atividade)	Encaminhamento	Obs.
<input checked="" type="checkbox"/> Resíduos perigosos não urbanos	UHT, Caldeiras, Manutenção, Oficina auto, Laboratório, ETAR.	Operador de gestão de resíduos	
<input checked="" type="checkbox"/> Outros resíduos não urbanos	Queijaria, Manteigaria, UHT, Laboratório, Furo de captação de água, ETAR, Oficina auto, Manutenção, Armazéns, Escritórios e Área social.	Operador de gestão de resíduos	
<input type="checkbox"/> Resíduos hospitalares	-	-	
<input checked="" type="checkbox"/> Resíduos urbanos	Armazéns, Expedição e Paletização, Oficina auto, Manutenção e Higienização e Áreas Sociais.	Operador de gestão de resíduos	

### 5.2 – Verificação dos requisitos legais aplicáveis à produção e gestão de resíduos

Relativamente à produção e gestão de resíduos no estabelecimento verificou-se o seguinte:

Requisito	Enq. legal	Verificado	Evidências / Justificação
a) Separação dos resíduos na origem de forma a promover a sua valorização por fluxos e fileiras.	n.º 5, art. 11.º DLR 29/2011/A	Cumprido	
b) Cumprimento do dever de assegurar a gestão dos resíduos por parte do produtor ou detentor.	Art. 12.º DLR 29/2011/A	Cumprido	
c) Licenciamento ou concessão para realizar operações de gestão de resíduos.	n.º 3, art. 15.º DLR 29/2011/A	Não aplicável	
d) Cumprimento das normas de armazenagem e de triagem de resíduos, quer no local de produção, quer em instalações de operação e gestão.	Art. 33.º DLR 29/2011/A	Cumprido	
e) Cumprimento das normas das instalações de operações de gestão de resíduos.	Art. 36.º DLR 29/2011/A	Não aplicável	



**REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES**  
**SECRETARIA REGIONAL DO AMBIENTE E AÇÃO CLIMÁTICA**  
**Inspeção Regional do Ambiente**

Requisito	Enq. legal	Verificado	Evidências / Justificação
f) Elaboração, aprovação e disponibilização do plano interno de prevenção e gestão de resíduos.	Art. 38.º e 39.º DLR 29/2011/A	Cumprido parcialmente	Dispõe do PIPGR aprovado, sendo que a última revisão ocorreu em 2019, não dando cumprimento ao referido no ponto 2.3 da LA, em que o PIPGR deverá ser avaliado e revisto com uma periodicidade mínima de um ano.
g) Cumprimento das normas de gestão de resíduos perigosos.	Art. 40.º a 44.º DLR 29/2011/A	Cumprido	
h) Cumprimento das normas de gestão de resíduos hospitalares.	Art. 45.º a 47.º DLR 29/2011/A	Não aplicável	
i) Cumprimento das normas de gestão de resíduos de construção e demolição.	Art. 48.º a 53.º DLR 29/2011/A	Não aplicável	
j) Cumprimento das normas sobre transporte rodoviário de resíduos.	Art. 59.º e 60.º DLR 29/2011/A	Cumprido	
k) Inscrição do estabelecimento no SRIR.	Art. 161.º DLR 29/2011/A	Cumprido	
l) Preenchimento dos mapas de registo no SRIR.	Art. 167.º e 168.º DLR 29/2011/A	Cumprido	Submeteu o mapa de registo de resíduos de 2022 em 10/02/2023.
m) Adesão a um sistema de gestão integrado ou autorizado um sistema de gestão individual, relativamente a embalagens e resíduos de embalagem.	Art. 182.º e 183.º DLR 29/2011/A	Cumprido	Aderiu ao Sistema Integrado de Gestão de Resíduos de Embalagens (SIGRE) através do contrato EMB/0000114, celebrado com a Sociedade Ponto Verde, dispondo, para 2023, do Certificado n.º 2023/0001432.
n) Disponibilizada informação ao público nos locais de venda, sobre os métodos adotados para recolha dos resíduos de pneus, óleos minerais, veículos, EEE, pilhas e acumuladores e óleos alimentares.	Art. 19.º DLR 24/2012/A	Não aplicável	
o) Cumprimento das normas de gestão, armazenagem, reutilização e valorização de pneus usados.	Art. 24.º a 26.º DLR 24/2012/A	Não aplicável	
p) Cumprimento das normas de gestão, recolha, armazenagem, reciclagem e valorização de óleos minerais usados.	Art. 28.º a 35.º DLR 24/2012/A	Cumprido	
q) Cumprimento das normas de transporte, receção e desmantelamento de veículos em fim de vida.	Art. 38.º a 43.º DLR 24/2012/A	Não aplicável	
r) Cumprimento das normas de recolha, transporte e tratamento de REEE.	DL 152-D/2017	Não aplicável	
s) Cumprimento das normas de gestão e encaminhamento de óleos alimentares usados.	Art. 53.º, 57.º e 58.º DLR 24/2012/A	Não aplicável	



**REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES**  
**SECRETARIA REGIONAL DO AMBIENTE E AÇÃO CLIMÁTICA**  
**Inspeção Regional do Ambiente**

## 6 – Substâncias perigosas

### 6.1 – Substâncias perigosas utilizadas ou armazenadas no estabelecimento

Foram identificadas as seguintes substâncias e misturas perigosas utilizadas ou armazenadas no estabelecimento:

Papel na cadeia de abastecimento <sup>a)</sup>	Substâncias
DU - Utilizador final	Eco-oil; Gasóleo; Gás butano; Amoníaco; Ácido nítrico; Hipoclorito de sódio; Peróxido de hidrogénio; Soda Cáustica; Topax

<sup>a)</sup> DU – Utilizador a jusante.

### 6.2 – Verificação dos requisitos legais aplicáveis à utilização ou armazenamento de substâncias perigosas

Relativamente à utilização ou armazenamento de substâncias perigosas verificou-se o seguinte:

Requisito	Enq. legal	Verificado	Evidências / Justificação
a) Rotulagem das substâncias e misturas contidas em embalagem.	Art. 17.º Reg. CE 1272/2008	Não aplicável	
b) Cumprimento do dever de reunir e manter disponível a informação durante, pelo menos, 10 anos.	Art. 36.º REACH	Não aplicável	
c) Fornecimento de ficha de dados de segurança redigida em língua portuguesa e elaborada em conformidade com o anexo II do REACH.	Art. 8º DL 293/2009	Cumprido parcialmente	Não nos foi remetida a FDS do Eco-oil.
d) Atualização da ficha de dados de segurança e distribuição da mesma a todos os anteriores destinatários a quem tenha sido fornecida a substância nos 12 meses antecedentes.	n.º 9, art. 31.º REACH	Não aplicável	
e) Elaboração de um relatório de segurança química por parte do utilizador a jusante quando a utilização não se enquadre nas condições descritas num cenário de exposição.	n.º 4 art. 37.º REACH	Não aplicável	
f) Identificação e aplicação, por parte do utilizador a jusante, das medidas apropriadas para o controlo adequado dos riscos, com base na informação que lhe tenha sido fornecida.	n.º 5 art. 37.º REACH	Não aplicável	

REACH: Regulamento CE n.º 1907/2006, de 18 de dezembro.

## 7 – Qualidade do ar e proteção da atmosfera

### 7.1 – Emissão de poluentes para a atmosfera

#### 7.1.1 – Fontes de emissão de poluentes para a atmosfera

Foram identificadas no estabelecimento as fontes de emissão de poluentes para a atmosfera constantes do quadro seguinte.

Fonte poluente	Tipo	Setor	Medidas de mitigação / tratamento
FF1 – Gerador de vapor n.º 1	Pontual	Atividade industrial	Manutenções corretivas nos equipamentos
FF2 – Gerador de vapor n.º 2	Pontual	Atividade industrial	Manutenções corretivas nos equipamentos
FF3 – Gerador de vapor n.º 3	Pontual	Atividade industrial	Sistema de retenção de partículas e manutenções corretivas nos equipamentos
FF4 – Gerador de ar quente	Pontual	Atividade industrial	Manutenções corretivas nos equipamentos
FF5 – Secador	Pontual	Atividade industrial	





**REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES**  
**SECRETARIA REGIONAL DO AMBIENTE E AÇÃO CLIMÁTICA**  
**Inspeção Regional do Ambiente**

Fonte poluente	Tipo	Setor	Medidas de mitigação / tratamento
Gerador de emergência	Pontual	Atividade industrial	
Circulação de camiões	Difusa	Atividade industrial	Lavagens de pisos e inspeção e manutenção da frota dos camiões
Eventuais fugas de vapor	Difusa	Atividade industrial	
ETARI	Difusa	Atividade industrial	

**7.1.2 – Verificação dos requisitos legais relativamente à emissão de poluentes para a atmosfera**

Relativamente à emissão de poluentes para a atmosfera verificou-se o seguinte:

Requisito	Enq. legal	Verificado	Evidências / Justificação
a) Adoção de medidas especiais para minimização das emissões difusas.	Art. 44.º DLR 32/2012/A	Cumprido	Lavagem dos pisos.
b) Dimensionamento, exploração e manutenção adequados de equipamentos de tratamento de efluentes gasosos.	Art. 45.º DLR 32/2012/A	Não verificado	
c) Cumprimento do dever de monitorização pontual das emissões.	Art. 53.º DLR 32/2012/A	Cumprido	Realizadas 2 campanhas de monitorização, em junho e em outubro de 2023, das emissões gasosas emitidas pelas fontes poluentes FF1, FF2, FF3 e FF5. Não foi evidenciada a monitorização à FF4, uma vez que a monitorização passou a trienal, em 2021 (SAI-SRAAC/2021/6752).
d) Cumprimento do dever de monitorização em contínuo das emissões.	Art. 54.º DLR 32/2012/A	Não aplicável	
e) Comunicação dos resultados da monitorização à autoridade ambiental nos prazos aplicáveis e contendo a informação mínima exigida.	Art. 57.º DLR 32/2012/A	Cumprido	- Formulário DSQA-EG/2023/012, de 24-07-2023: comunicação à DRA dos resultados da 1ª campanha de monitorização das emissões gasosas; - Formulário DSQA-EG/2023/037, de 11-12-2023: comunicação à DRA dos resultados da 2ª campanha de monitorização das emissões
f) Cumprimento dos valores limite de emissão aplicáveis.	Art. 58.º e 59.º DLR 32/2012/A	Cumprido	- 1.ª campanha: cumpre com os VLE para todos os parâmetros monitorizados. Para a FF2, o caudal mássico do SO <sub>2</sub> (2,5 kg/h) foi superior ao LMmin (2 kg/h). - 2.ª campanha: cumpre com os VLE para todos os parâmetros monitorizados. Para a FF1, FF2 e FF3, o caudal mássico do SO <sub>2</sub> (2,8; 4,2 e 2,8 kg/h) foram superiores ao LMmin (2 kg/h). Para a FF5 apenas monitorizaram o parâmetro partículas, uma vez que a monitorização do parâmetro COV passou a trienal, em 2021 (SAI-SRAAC/2021/6752).
g) Adoção de medidas de ação no caso de incumprimentos de valores limite de emissão.	Art. 60.º DLR 32/2012/A	Não aplicável	Apesar de não estarem em incumprimento com os VLE, procedem à limpeza das caldeiras de 2 em 2 meses.





**REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES**  
**SECRETARIA REGIONAL DO AMBIENTE E AÇÃO CLIMÁTICA**  
**Inspeção Regional do Ambiente**

Requisito	Enq. legal	Verificado	Evidências / Justificação
<b>h)</b> Descarga dos poluentes na atmosfera através de chaminé de altura e demais características construtivas adequadas, para permitir uma boa dispersão dos poluentes bem como a realização das amostragens de monitorização.	Art. 63.º a 66.º DLR 32/2012/A	Cumprido	Descritas no ponto 2.2.1.1. da LA.
<b>i)</b> Manutenção de um registo atualizado do número de horas de funcionamento e consumo de combustível para as instalações dispensadas de monitorização.	n.º 4 art. 55.º DLR 32/2012/A	Cumprido	Registo do gerador de emergência

## 7.2 – Utilização de gases fluorados

### 7.2.1 – Equipamentos com gases fluorados

Foram identificados no estabelecimento os seguintes equipamentos contendo gases fluorados com efeito de estufa (GFEE):

TECO2*	Número de equipamentos	Tipos de gases fluorados
TECO2 < 5		
5 ≤ TECO2 < 50	1	Chiller: Carrier, 30-RH-060-B018, NS 125506349; <b>R-407C</b> , 15 kg, <b>26,61 TECO2</b> . Detecção de fugas de 12 em 12 meses. Última em 08/06/2023, Sem Fugas.
50 ≤ TECO2 < 500	1	Câmara cura do Queijo: Frigotronic, HSB-WU-B4H, NS 5002240, <b>R-507A</b> , 95 kg; <b>378,58 TECO2</b> . Detecção de fugas de 6 em 6 meses. Foram realizadas em 23/06/2023 e a outra estava agendada para dezembro de 2023. Em 2022 realizaram em 01/07/2022 e 30/12/2022.
TECO2 ≥ 500		

\* TECO2 – toneladas equivalente de CO<sub>2</sub>

### 7.2.2 - Verificação dos requisitos legais relativamente ao operador de equipamentos com gases fluorados

Relativamente a equipamentos com gases fluorados verificou-se o seguinte:

Requisito	Enq. legal	Verificado	Evidências / Justificação
<b>a)</b> O operador tomou as precauções adequadas para evitar a libertação não intencional de GFEE.	art. 3.º Reg. CE 517/2014	Cumprido	Fichas de intervenção nos equipamentos com GFEE.
<b>b)</b> O operador providenciou a recuperação de gases fluorados dos equipamentos para efeitos de reciclagem, valorização ou destruição.	art. 8.º Reg. CE 517/2014	Não aplicável	
<b>c)</b> O operador deu cumprimento às restrições de utilização previstas no artigo 13.º do Regulamento (UE) 517/2014 (hexafluoreto de enxofre; GFEE com PAG ≥ 2500 em equipamentos com TECO2 ≥ 40)	art. 13.º Reg. CE 517/2014	Não verificado	Encontra-se abrangido o equipamento de refrigeração da câmara de cura do queijo, que dispõe de 378,58 TECO2 de R-507A, tendo esse GFEE um PGA de 3985 (> 2500).
<b>d)</b> O operador providenciou a verificação para deteção de fugas nos equipamentos abrangidos, com a periodicidade aplicável de acordo com a quantidade de gases fluorados.	art. 4.º Reg. CE 517/2014	Cumprido	Descritas no ponto 7.2.1
<b>e)</b> O operador efetuou as diligências necessárias para determinar se a empresa prestadora de serviços (instalação, reparação, deteção de fugas, recuperação de gases) detém os certificados necessários para as intervenções contratadas.	art. 10.º Reg. CE 517/2014	Cumprido	Intervenções efetuadas por técnicos de empresas certificadas.
<b>f)</b> O operador providenciou a instalação de um sistema de deteção de fugas em equipamentos com gases fluorados com efeito de estufa em quantidade superior a 500 TECO2.	art. 5.º Reg. CE 517/2014	Não aplicável	



**REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES**  
**SECRETARIA REGIONAL DO AMBIENTE E AÇÃO CLIMÁTICA**  
**Inspeção Regional do Ambiente**

Requisito	Enq. legal	Verificado	Evidências / Justificação
<b>g)</b> O sistema de deteção de fugas mencionado na alínea anterior é inspecionado pelo menos uma vez de 12 em 12 meses.	art. 5.º Reg. CE 517/2014	Não aplicável	
<b>h)</b> O operador elaborou e mantém atualizado um registo dos equipamentos que devam ser verificados para deteção de fugas, contendo toda a informação obrigatória.	Art. 6.º Reg. CE 517/2014	Cumprido	
<b>i)</b> O operador de equipamentos sujeitos a verificações periódicas para deteção de fugas comunicou à autoridade ambiental os dados sobre a utilização de gases fluorados, até 31 de março de cada ano?	Art. 5.º DL 145/2017	Cumprido	Formulário DO.IT com a referência n.º DRAAC/FGF-RAA/2023/168, submetido em 28/03/2023.

**7.2.3 - Verificação dos requisitos legais relativamente a intervenções em equipamentos com gases fluorados**  
Relativamente a intervenções em equipamentos com gases fluorados verificou-se o seguinte:

Requisito	Enq. legal	Verificado	Evidências / Justificação
<b>a)</b> As atividades que envolvam contacto com o gás realizadas em equipamentos fixos de refrigeração, ar condicionado e bombas de calor, independentemente da carga dos mesmos, são executadas por pessoas singulares certificadas, pertencentes a empresas certificadas.	Art. 13.º, DL 145/2017	Não aplicável	
<b>b)</b> As atividades que envolvam contacto com o gás realizadas em camiões e reboques refrigerados, extintores e sistemas fixos de proteção contra incêndios, comutadores elétricos e as intervenções que envolvam contacto com solventes à base de GFEE, independentemente da carga dos mesmos, são executadas por pessoas singulares certificadas para o efeito.	Art. 13.º, DL 145/2017	Não aplicável	
<b>c)</b> As intervenções em sistemas de ar condicionado, instalados em veículos a motor, são executadas por pessoas singulares titulares de um atestado de formação.	Art. 18.º, DL 145/2017	Não aplicável	
<b>d)</b> A entidade: <ul style="list-style-type: none"><li>• que presta serviços a terceiros em equipamentos de aquecimento, ar condicionado e ventilação;</li><li>• que presta serviços a terceiros em sistemas fixos de proteção contra incêndios e extintores de incêndios;</li><li>• que efetua intervenção em sistemas de ar condicionado instalados em veículos ligeiros (oficinas);</li><li>• que efetua intervenções em comutadores elétricos;</li></ul> comunicou à autoridade ambiental os dados sobre compra e venda de gases fluorados, até 30 de junho de cada ano.	Art. 5.º DL 145/2017	Não aplicável	



**REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES**  
**SECRETARIA REGIONAL DO AMBIENTE E AÇÃO CLIMÁTICA**  
**Inspeção Regional do Ambiente**

## 8 – Ruído (atividades ruidosas permanentes)

### 8.1 – Enquadramento do estabelecimento

Tipo de exposição humana na envolvente	Classificação da zona envolvente	Período de funcionamento do estabelecimento
Não existem recetores sensíveis na envolvente	Não classificada	24/dia, 365 dias/ano

### 8.2 – Verificação dos requisitos legais relativamente ao ruído

Requisito	Enq. legal	Verificado	Evidências / Justificação
a) Cumprimento dos valores limite e do critério de incomodidade, verificado no âmbito do procedimento de avaliação de impacto ambiental.	n.º 1 e 7 art. 25.º DLR 23/2010/A	Não aplicável	
b) Cumprimento dos valores limite e do critério de incomodidade, verificado no âmbito do procedimento de licenciamento / autorização de instalação.	n.º 1 e 8 art. 25.º DLR 23/2010/A	Não aplicável	
c) Cumprimento dos valores limite e do critério de incomodidade, verificado através de outra avaliação acústica.	n.º 1 art. 25.º DLR 23/2010/A	Cumprido	Relatório de ruído referência DBW ERAP 0232/19, relativo a uma avaliação do ruído ambiental realizada em 2019 e após a entrada em funcionamento da unidade de secagem, conforme determinado no ponto 2.2.3. da LA. A DRAAC, após análise do mesmo, concluiu através do SAI-DRA/2020/5214 que considera comprovado o cumprimento do critério de exposição máxima e do critério de incomodidade, nos termos do DLR 23/2010/A, junto do recetor sensível monitorizado.

## 9 – Instalações sujeitas a outros regimes

### 9.1 – Estabelecimentos abrangidos por licenciamento ambiental

Requisitos específicos aplicáveis a estabelecimentos abrangidos por licenciamento ambiental:

Requisito	Enq. legal	Verificado	Evidências / Justificação
a) Submissão do RAA no prazo definido		Cumprido	DRAAC-RAA/2023/033, submetido em 11/05/2023
b) Submissão do PRTR no prazo definido	Art.º 102.º a 104.º DLR 30/2010/A	Cumprido	DSQA-RAEA/2023/001, submetido em 11/04/2023
c) Cumprimento de outros requisitos impostos na licença ambiental ou declaração de impacto ambiental		Cumprido	Instalação abrangida pelo SGCIE. Possui o PREn (OP1150-PREN (2022-2029)). A auditoria realizada concluiu que todos os objetivos legais foram seguidos e cumpridos. O plano de implementação foi aprovado em agosto de 2023.
d) Obrigação de possuir título de emissão de gases com efeito de estufa (atividades do anexo V)	Art.º 96.º DLR 30/2010/A	Não aplicável	



**REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES**  
**SECRETARIA REGIONAL DO AMBIENTE E AÇÃO CLIMÁTICA**  
**Inspeção Regional do Ambiente**

Requisito	Enq. legal	Verificado	Evidências / Justificação
e) Submissão do relatório relativo às emissões ocorridas no ano civil anterior, dentro do prazo – (instalações com título de emissão de gases com efeito de estufa)	n.º 3 do artigo 100.º DLR 30/2010/A	Não aplicável	

## 9.2 – Roedores, invasores e comensais

Enquadramento do estabelecimento no âmbito do Decreto Legislativo Regional n.º 31/2010/A, de 17 de novembro:

- Indústrias alimentares, das bebidas, do tabaco

Requisitos:

Requisito	Enq. legal	Verificado	Evidências / Justificação
a) Boas práticas	Art. 5.º DLR 31/2010/A	Cumprido	
b) Planos de controlo integrado de roedores	Art. 6.º DLR 31/2010/A	Cumprido	

## 9.3 – Doença do legionário

### 9.3.1 – Equipamentos ou instalações identificados no estabelecimento

Foram identificados equipamentos ou sistemas abrangidos pela Lei n.º 52/2018, de 20 de agosto, que estabelece o regime de prevenção e controlo da doença do legionário, assinalados no quadro seguinte:

Tipologia de equipamento ou sistema	Identificado no estabelecimento?	Observações
a) Equipamentos de transferência de calor associados a sistemas de aquecimento, ventilação e ar condicionado ou a unidades de tratamento do ar, desde que possam gerar aerossóis de água:		
i) Torres de arrefecimento	Sim	
ii) Condensadores evaporativos	Sim	2 UHT e 1 secagem do soro
iii) Sistemas de arrefecimento de água de processo industrial	Não	
iv) Sistemas de arrefecimento de cogeração	Não	
v) Humidificadores	Não	
b) Sistemas inseridos em espaços de acesso e utilização pública que utilizem água para fins terapêuticos ou recreativos e que possam gerar aerossóis de água.	Não	
c) Redes prediais de água, designadamente água quente sanitária.	Sim	
d) Sistemas de rega ou de arrefecimento por aspersão, fontes ornamentais ou outros geradores de aerossóis de água com temperatura entre 20°C e 45°C.	Não	

### 9.3.2 - Verificação do cumprimento das obrigações de prevenção e controlo da doença do legionário

Requisito	Enq. legal	Verificado	Evidências / Justificação
a) Registo dos equipamentos mencionados na alínea a) do quadro anterior na plataforma eletrónica da DGS	a), n.º 1, art. 3.º da Lei 52/2018	Não aplicável	A plataforma de registo ainda não se encontra em funcionamento.
b) Elaboração, execução, cumprimento e revisão do plano de prevenção e controlo	a), n.º 1, e al. a) n.º 2, art. 3.º da Lei 52/2018	Cumprido	Foi, em 27/05/2021, elaborado e implementado o Plano de Prevenção e Controlo de Legionella, que será revisto/atualizado no 1.º trimestre de 2024.



**REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES**  
**SECRETARIA REGIONAL DO AMBIENTE E AÇÃO CLIMÁTICA**  
**Inspeção Regional do Ambiente**

Requisito	Enq. legal	Verificado	Evidências / Justificação
c) Realização de auditorias aos equipamentos e à adequabilidade do plano	c), n.º 1, art. 3.º da Lei 52/2018	Não verificado	
d) Adoção de procedimento aplicável em situação de risco	d), n.º 1, e al. b) n.º 2, art. 3.º da Lei 52/2018	Cumprido	Consta do Plano de Prevenção e Controlo de Legionella.
e) Adoção de um programa de manutenção e limpeza	n.º 3, art. 3.º da Lei 52/2018	Cumprido	Consta do Plano de Prevenção e Controlo de Legionella.

#### 9.4 – Responsabilidade ambiental

Enquadramento do estabelecimento no âmbito do Decreto-Lei n.º 147/2008, de 29 de julho (de acordo com a listagem do anexo III, na redação dada pelo Decreto-Lei n.º 60/2012, de 14 de março):

##### 1. Instalação sujeita a licenciamento ambiental (PCIP)

Requisitos:

Requisito	Enq. legal	Verificado	Evidências / Justificação
a) Constituição de uma garantia financeira que lhe permita assumir a responsabilidade ambiental inerente à atividade desenvolvida.	Art. 22.º DL 147/2008	Cumprido	Seguro válido da CA Seguros.

## 10 – Irregularidades e infrações detetadas

Foram verificadas as seguintes infrações:

O não cumprimento das condições impostas pela licença ambiental n.º 3/2017/DRA, na sua versão atual, nomeadamente o facto do Plano Interno de Prevenção e Gestão de Resíduos (PIPGR), apesar de aprovado pela DRA, não ter sido avaliado e revisto com uma periodicidade mínima de um ano, tendo a última revisão ocorrido em 2019. O não cumprimento do definido no ponto 2.3. da referida licença ambiental, viola o artigo n.º 62.º do Decreto Legislativo Regional n.º 30/2010/A, de 30 de novembro, configurando a prática de uma contraordenação ambiental grave prevista na alínea h) do n.º 2 do artigo 123.º do mesmo diploma, punível com coima de 12.000€ a 72.000€ em caso de negligência e de 36.000€ a 216.000€ em caso de dolo se praticada por pessoas coletivas, nos termos do n.º 3 do artigo 22.º da Lei n.º 50/2006, de 29 de agosto, alterada e republicada pela Lei n.º 114/2015 de 28 de agosto.



**REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES**  
**SECRETARIA REGIONAL DO AMBIENTE E AÇÃO CLIMÁTICA**  
**Inspeção Regional do Ambiente**

## 11 – Indicações e medidas adotadas

### Indicações/recomendações a transmitir:

1. Solicitar que remetam a Ficha de Dados de Segurança do Eco-oil, por forma a se verificar o cumprimento do disposto no artigo 8.º do Decreto-Lei n.º 293/2009, de 13 de outubro;
2. Informar que o equipamento fixo de refrigeração da câmara cura do queijo, com a marca Frigotronic, modelo HSB-WU-B4H, número de série 5002240, encontra-se abrangido pelo n.º 3 do artigo 13.º do Regulamento UE n.º 517/2014, de 16 de abril, por dispor de 378,58 TECO2 de R-507A, tendo esse GFEE um Potencial de Aquecimento Global (PGA) de 3985, bastante superior aos 2500 definidos, sendo proibida a sua utilização na assistência técnica ou na manutenção do referido equipamento. Essa proibição não é aplicável, até 1 de janeiro de 2030, aos GFEE, com um PGA igual ou superior a 2500, valorizados (desde que rotulados nos termos do artigo 12.º, n.º 6) ou reciclados (recuperados do referido equipamento).

### Medidas adotadas:

- ☒ Envio do relatório à entidade inspecionada, para conhecimento.
- ☐ Arquivamento do processo inspetivo.
- ☒ Notificação para regularização e comunicação de medidas a implementar.
- ☐ Levantamento de auto de notícia.
- ☒ Outra: Dar conhecimento do relatório de inspeção à DRAAC.

Ponta Delgada, 22 de março de 2024

O Inspetor Principal